

# Ata Circunstanciada da 40ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA SECRETARIA  
Diretoria Legislativa  
Setor de Registro e Redação Legislativa



## ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA  
40ª SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 13 DE MAIO DE 2026.

INÍCIO ÀS 15H05

TÉRMINO ÀS 16H18

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Estão presentes 3 deputados: eu, o deputado Pastor Daniel de Castro e o deputado Max Maciel.

Como não se verifica o quórum mínimo de presença, suspendo os trabalhos até que ele se complete.

(Os trabalhos são suspensos.)

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Reinício os trabalhos. Está aberta a sessão.

Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Presidente, deputados, deputadas, fomos surpreendidos agora por um áudio, que acabou de ser vazado, do presidenciável do PL, Flávio Bolsonaro. Não sei se todo mundo que está aqui ouviu o áudio dele e com quem ele estava negociando, mas eu vou passar uma parte aqui.

(Apresentação de áudio pelo celular.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – É isso mesmo, presidente: um áudio do presidenciável senador Flávio Bolsonaro negociando R\$180 milhões com Daniel Vorcaro para ajudar no filme, para dar uma alavancada na família, não é? É uma família que precisa de ajuda, eles estão cheios de conta para pagar, ele está negociando um apoiozinho, um suporte. Em outro momento da conversa, presidente, ele diz assim: "Sempre estarei do seu lado, meu irmão". Diz isso para o Daniel Vorcaro.

Essa crise do Banco Master – eu não sei se vocês estão acompanhando o que está acontecendo agora –, muita gente tem tentado ligá-la à esquerda. Eu sempre falei que era o escândalo do Bolsomaster, e estamos vendo que não só o Nikolas – que voou no jato do Daniel Vorcaro –, mas o PL inteiro está chafurdado nessa crise. Não à toa houve mandado de busca e apreensão envolvendo o Ciro Nogueira, presidente do PP. Agora surge o áudio fofo do Flávio Bolsonaro pedindo R\$180 milhões para pagar as contas do filho da família, para dar uma alavancada no nome da família Bolsonaro. Essa é a situação do Brasil. Esse era o grupo político que negociava o tempo inteiro com Daniel Vorcaro.

Não à toa, a unidade da Federação escolhida para a solução final, para pagar a conta das fraudes do Master, foi o Distrito Federal, porque eram aliados do Bolsonaro. Eles usaram um banco público, enfiaram o nosso banco nesse esquema. Esse áudio vazado agora pelo *Intercept* é apenas mais uma prova, mais um elemento do tamanho do lamaçal em que estamos enfiados.

Ainda bem que esse áudio veio à tona agora, para sabermos quem fez negócio com Daniel Vorcaro e com esse esquema gigantesco de corrupção, que envolve o Brasil todo, presidente, mas tem muito a ver com o Distrito Federal. Quem está pagando a conta é a população daqui, já que conseguiram enfiar o nosso banco público nessa crise brutal.

Nós queremos investigação, queremos entender os nomes, queremos mais áudios, queremos a atuação da Polícia Federal não só em relação a Ciro Nogueira, mas queremos que a investigação chegue a esses R\$180 milhões. O Pix foi feito para a família Bolsonaro? Eles estão cheios de conta para pagar, como está falando Flávio, o mesmo Flávio que comprou uma casa de R\$6 milhões financiada pelo BRB, no DF. Está cheio de conta para pagar. É o mesmo Flávio denunciado e investigado lá atrás por rachadinha e agora envolvido até o último fio de cabelo nesse esquema, pedindo R\$180 milhões para Daniel Vorcaro.

Que essa apuração do Bolsomaster aconteça no Brasil e que o povo brasileiro abra o olho e saiba que esse é o setor que sempre esteve envolvido nos piores esquemas de corrupção deste país.

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder.) – Presidente, vou falar rapidamente, porque estou com muitas pessoas no meu gabinete. Eu realmente me assusto com algumas falas de alguns deputados desta casa.

Bolsonaro com o Banco Master!

Nasceu na Bahia, no PT, deputado.

É muito engraçado. Eles acham que o cidadão de bem tem amnésia. A amnésia está neste governo instalado, do descondenado que ocupa a Presidência da República. Amnésia está em alguns membros da esquerda. Esse Banco Master vem do Jaques Wagner, da Bahia.

Deputado, você está usando o nome de Flávio, mas bilhões estão envolvidos por lá.

Eu sou defensor de investigação que passe o rodo, doa a quem doer, seja de direita, seja de esquerda, quem quer que seja. Mas não venha querer jogar a culpa só no Bolsonaro, não.

Quem atendeu Vorcaro no Palácio foi o presidente Lula, levado por Guido Mantega. Depois apareceu um contrato. Ricardo Lewandowski, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, depois ministro da Justiça, estava lá dentro do ministério com contrato com Daniel Vorcaro.

O povo não tem amnésia, tanto é que está isto na pesquisa de hoje: Lula, 42%; Flávio, 41%. Esse é o medo da esquerda. No segundo turno, dá Flávio. Esse é o medo da esquerda. Eles têm que vir jogar pecha no Bolsonaro, que está preso, aliás. Não se esquecem do Bolsonaro, porque acham que atacar Bolsonaro é destruir a direita. Enganam-se. Está aí o Flávio dando dor de cabeça para eles o tempo todo.

Brasil, Brasília, começou na Bahia. Muita coisa ainda vai acontecer. Existem grandes escritórios de advocacia envolvidos nesse escândalo até o talo, inclusive parentes de ministros do Supremo Tribunal Federal.

Em outro assunto, presidente, há alguns dias, desta tribuna, eu fiz uma denúncia e fui muito cuidadoso. Eu usei o meu mandato, a prerrogativa que eu tenho e a imunidade como deputado. Digo isso porque senadores e deputados federais e distritais são imunes nos seus votos e em suas palavras.

E tem que ser assim mesmo, embora eu nem goste disso. Eu já abri mão da minha imunidade. Quando assumi o mandato, disse: "Eu abro mão do meu sigilo bancário, fiscal e telefônico, e não quero foro privilegiado". Se um dia eu tiver que responder por alguma coisa, quero responder como um cidadão comum, porque sei que não vou fazer nada contrário à minha honra, à minha imagem e à minha fé. Isso não é do meu feitio – nunca foi e nunca será.

Eu trouxe uma denúncia sobre o que fizeram em salas de aula usando 2 leis do presidente Lula relacionadas a religiões de matriz africana. Eu fiz a denúncia ao Ministério Público, à Secretaria de Educação, à regional de ensino e ao colégio. Depois, fui surpreendido ao ser revertido de denunciante a denunciado. Mas sou advogado, e o código da OAB estabelece que o advogado é parte essencial à execução da justiça, nós somos parte da justiça. Não há justiça sem a presença do advogado. Eu confio e sou obrigado a confiar na justiça do meu país.

Recentemente, a ação criminal que intentaram contra mim no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios morreu. O vice-procurador do Distrito Federal disse que o deputado agiu no limite da sua imunidade parlamentar – ainda que com críticas, pois ele pode fazer isso –, mas que não houve crime. Ele sequer arquivou o procedimento, porque se tratava apenas de uma notícia de fato. Na primeira instância da esfera cível, eu fui condenado. Pediram R\$100 mil de indenização, tanto pela professora quanto por danos morais coletivos. Como é do meu feitio, eu recorri, pois irei recorrer enquanto tiver esse direito e usarei todos os instrumentos de defesa para, ao final dessa ação, fazer o meu contra-ataque. Pois bem, fui condenado. Cada um pediu R\$100 mil, o que totalizava R\$200 mil, mas a condenação foi fixada em R\$30 mil em cada ação – uma referente à professora e outra por danos morais coletivos –, o que somava R\$60 mil.

Eu apresentei o meu recurso. Obrigado, doutora Marina, que estava acompanhando o caso. Quero agradecer ao meu advogado, o doutor Rangel, um menino muito capacitado da minha igreja, e à minha filha, doutora Andressa – eles atuaram como meus advogados. Hoje houve o julgamento, em segundo grau, pelo tribunal e, graças a Deus, fui inocentado do pagamento do dano coletivo. Os desembargadores entenderam que eu não tenho que pagar dano a ninguém, até porque não cometi crime. Mas, em compensação, o desembargador colocou na decisão que eu tenho que fazer uma retratação. Naturalmente, por enquanto, eu não a farei e usarei meus direitos para recorrer, porque ainda há possibilidade de recurso ao STJ e ao STF.

Eu irei recorrer até o final e não farei nenhum tipo de retratação. Tudo o que eu falei está gravado e acostado aos autos. Eu extraí todas as minhas falas, juntei-as aos autos e demonstrei que, em nenhum momento, pratiquei qualquer crime. Diga-se de passagem, sequer citei o nome da professora – até porque eu nem sei quem ela é. Eu falei de uma professora. Eu acredito na justiça, e todas essas condenações vão cair por terra. Naturalmente, logo mais, nascerá para mim o direito de também intentar as minhas ações, e isso farei com tranquilidade, como advogado.

Para encerrar, eu quero agradecer a vossa excelência, pois vossa excelência trouxe, ontem, uma pauta acerca de alguns *sites* que estão lançando pechas sobre todos os deputados desta casa. Vossa excelência foi muito duro em sua fala, e o presidente determinou que a Mesa Diretora tomasse providências. Como primeiro-secretário, ele me pediu, bem como aos advogados da casa, que tomássemos as devidas providências para chamarmos todas essas pessoas à responsabilidade, deputado Gabriel Magno.

Ninguém pode imputar a alguém um crime do qual não haja sequer indícios. Existe a possibilidade de uma delação, mas, quando se generaliza, coloca-se toda uma casa sob suspeita. Presidente, nós estamos fazendo um levantamento de todos esses *sites* e tomaremos todas as ações necessárias. A Mesa Diretora está encaminhando esse levantamento à Polícia Civil, à OAB e à Associação Brasileira de Jornalistas, para que eles possam entender qual é o limite entre a crítica, a verdade e a imputação de um crime, sendo que, até então, aqui não há ninguém condenado. Vigora o princípio da inocência em relação aos 24 deputados desta casa.

Eu quero falar para Brasília que, quanto a mim, estou tranquilo. Vocês que me colocaram nesta casa podem ficar tranquilos. Vocês votaram em um homem honrado, em um homem de verdade, em um homem de caráter e de moral. Nunca cometi um crime. Nunca respondi por crime algum. Sei como cheguei a esta casa e sei como irei sair, seguramente não há nada contra a minha vida.

Defenderei, deputado Max Maciel, os 24 deputados desta casa nas decisões que o presidente me colocou nas mãos para tomar. Nós iremos defender a Câmara Legislativa, porque não é crível ela estar sendo atacada como está, se não há nada que comprove que alguém tenha algum desvio de conduta. E, se houver, ao final, que responda aquele que, porventura, tiver o desvio de conduta.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (Bloco União Democrático. Como líder.) – Senhor presidente, queria, em primeiro lugar, trazer uma atualização. Recebi muitas mensagens dos servidores do Detran-DF questionando uma conversa que estava ocorrendo lá, de que eles não receberiam a reestruturação que nós votamos nesta casa.

Eu falei com o secretário Valdivino, e não há nada disso. Já foi feita uma folha para fazer esse pagamento; haverá uma folha complementar neste mês, como aconteceu na educação. No mês que vem, tudo virá em uma única folha. Isso é muito normal. Ele fez o compromisso comigo de que isso aconteceria, e eu estou acompanhando o caso de perto, porque nós conquistamos, por meio de uma luta muito grande, essa vitória para uma categoria que precisava desse cuidado, que merece esse cuidado e merece ter esse reajuste que agora se consolida.

Então, queria mandar uma mensagem a todos os servidores do Detran-DF, com a resposta de que falei com o secretário e de que está tudo certo. Todos podem se acalmar, pois as coisas acontecerão conforme nós combinamos. Pode até ter havido algumas pessoas que jogaram contra e tentaram atrapalhar esse processo, mas elas não vão conseguir.

Em segundo lugar, presidente, queria fazer um pedido. Eu falei com o presidente da Novacap, Fernando Leite, e faço um pedido especial com relação à ponte no Sobradinho dos Melos, uma ponte que já está há meses caída. A comunidade tem que fazer uma volta enorme por conta dessa ponte. A governadora deu um encaminhamento para que fosse feito o saldo orçamentário para a execução desta obra. Eu fui ao local, visitei-o com um técnico da Novacap; há um processo em andamento, e me atualizaram de que esse processo está sendo feito.

Porém, eu quero que seja feita uma cobrança para que haja mais celeridade na entrega dessa ponte àquela comunidade. Quero usar a minha fala no plenário da Câmara Legislativa para fazer essa cobrança, porque considero inadmissível o que está acontecendo com aquelas pessoas. Elas não podem ficar esquecidas lá, não podem permanecer na situação em que estão hoje: crianças no transporte escolar passando um grande transtorno, pessoas que moram naquela região enfrentando enormes dificuldades por conta de uma obra que é muito importante, fundamental para atender aquelas pessoas, mas relativamente simples. Então, venho aqui fazer essa cobrança pública por agilidade.

Além disso, presidente, queria fazer um questionamento. Em que mundo vive uma pessoa que acredita que uma mãe consegue criar, com R\$1.600, um filho que é uma criança autista, que precisa de cuidados, terapias e atenção por parte dos pais e do Estado? Em que mundo vive alguém que acredita que R\$1.600 são suficientes para pagar todas as despesas? São mães que precisam pagar a alimentação da casa, aluguel, medicamentos, terapias, consultas, tudo com R\$1.600 – e ainda há quem diga que é um privilégio o benefício que o governo paga. É uma vergonha. Tenho acompanhado a vida de muitas dessas famílias, e dói no meu coração ver o sofrimento que muitas dessas mães estão passando. É importante deixarmos isso registrado.

Faço também um pedido especial ao INSS, porque o que o instituto tem feito com essas famílias é uma humilhação muito grande, uma burocracia tremenda. As pessoas requerem o seu direito e ainda esperam por meses ou anos até conseguir o benefício! A pessoa fica com medo de conseguir um trabalho ou de aproveitar uma oportunidade, porque não sabe quanto tempo vai demorar para voltar ao INSS, caso perca o emprego.

Quero fazer um desabafo porque o modelo de INSS que existe no Brasil está forçando muitas mães, muitas pessoas a se tornarem empreendedoras. Elas não são protegidas pela CLT porque não podem ter um emprego. Ao mesmo tempo, elas não conseguem o benefício e ficam numa luta muito grande! Quando conseguem o benefício, ficam aprisionadas ao INSS.

Então, precisamos rever isso, com urgência! Precisamos discutir isso na Câmara Legislativa, no Congresso Nacional, na Presidência da República, onde for! Não importa! Isso não tem lado político! Nós precisamos diminuir a burocracia, olhar por essas famílias e garantir seus direitos.

A burocracia é um negócio de doido! Mães estão sendo despejadas! Elas esperam o benefício chegar e não podem trabalhar porque têm que cuidar dos filhos. Quando veem, acabam despejadas porque não conseguiram pagar o aluguel. Aí, elas têm que se mudar para outra cidade. Chegam à outra cidade ainda esperando o benefício. A perícia do INSS acontece depois de 6 meses, quando as pessoas já estão endividadas. Elas não conseguem refazer a vida, com uma criança dependente dentro de casa. Eu me coloco no lugar dessas famílias e, principalmente, no lugar das mães solo. É um sofrimento muito grande! Muito grande!

É preciso um benefício local no Distrito Federal. Precisamos repensar isso. A situação não pode continuar como está. Isso precisa ser dito. Eu queria fazer este desabafo. Faço uma cobrança mesmo. O INSS tem que ser mais dinâmico no atendimento às famílias, mas também são necessárias políticas públicas mais eficientes e que garantam os cuidados de terapias, acompanhamentos e profissionais. Principalmente, os benefícios precisam ser complementados.

Propus a lei do aluguel social. Numa sessão que nós realizamos, uma pessoa veio à tribuna e fez uma fala muito bacana. Eu vi uma ex-secretária compartilhar a fala, mas, quando estava secretária, não fez o negócio acontecer! Se as pessoas ficarem só no discurso, fica difícil!

Nós ficamos aqui falando, falando, falando. Eu não vou parar de falar. Eu vou falar até conseguir que me ouçam, porque não posso aceitar isso calado.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Convido para presidir esta sessão o deputado Eduardo Pedrosa.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

(Assume a presidência o deputado Eduardo Pedrosa.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Presidente, obrigado e boa tarde.

Boa tarde a todas as pessoas.

Deputado Eduardo Pedrosa, eu quero comentar o seu importante desabafo sobre a disputa muito necessária pela política pública e pela política social no nosso país.

O governo anterior, o governo do desastre, foi do Bolsonaro, que está preso. A política econômica do Paulo Guedes era atrasada e foi uma aberração. Eles têm propostas no Congresso Nacional para desvincular os benefícios sociais, principalmente do INSS, do salário mínimo. Quem paga a conta pela desvinculação dos benefícios sociais do INSS do salário mínimo são os mais vulneráveis. Isso diz respeito ao que o deputado Eduardo Pedrosa trouxe a esta tribuna. Pessoas, famílias necessitadas vão passar a pagar a conta de uma política econômica desastrosa, que a direita brasileira tem defendido como solução para os problemas do Brasil. Essa não é a solução porque penaliza.

Solidarizo-me com o deputado Eduardo Pedrosa porque o que sua excelência disse é muito importante.

Quero trazer o assunto mais importante do Brasil e desta cidade. Estou falando do escândalo, o maior esquema de corrupção da história de Brasília.

Estamos vendo que esse esquema tem tentáculos no Brasil inteiro e tem um núcleo político na extrema-direita e no centro. Na semana passada, vimos que Ciro Nogueira, presidente do PP, o Partido Progressistas – o mesmo da Celina, que governa o Distrito Federal hoje –, recebia mesada de Daniel Vorcaro, o criminoso, o *gangster* que está preso. Eram R\$500 mil por mês, deputado Chico Vigilante – fora os apartamentos, fora outras vantagens –, para, no Congresso Nacional, ser um operador dos interesses do Vorcaro, do banco e dos negócios criminosos dele.

O Flávio Rachadinha Bolsonaro dizia que ele era o vice ideal. Agora sabemos por quê. Porque, se Ciro Nogueira era o grande operador de Daniel Vorcaro, hoje o áudio revelado pelo *Intercept* fecha a conta. O Flávio Rachadinha manda um áudio – em uma intimidade assustadora com um bandido criminoso – para Daniel Vorcaro: “Daniel, tem que pagar os R\$134 milhões”. Não sei se alguém aqui já mandou algum áudio de WhatsApp para um amigo cobrando: “Querido, você precisa pagar aquela conta”.

São R\$134 milhões para fazer um filme da família Bolsonaro. Isso é muito curioso, porque vem da mesma turma que fala da Lei Rouanet. Para os negócios deles, para os filmes deles, podem milhões, pode tudo, deputado Max Maciel. Não pode para a cultura, não pode para o povo; mas pode para a família Bolsonaro, a família dos corruptos. O Flávio Bolsonaro – sabemos – é o chefe da quadrilha, é o chefe da organização criminosa. É rachadinha, é esquema com miliciano.

Nessa história de filmes, quero fazer uma comparação. O *Ainda Estou Aqui*, que ganhou um Oscar, custou R\$45 milhões. O *Agente Secreto*, que disputou o Oscar e ganhou prêmio no mundo todo, custou R\$27 milhões. O filme do Bolsonaro era R\$134 milhões para começo de conversa, para pagar dívida.

É um escândalo o que vem à tona! Isso é um escândalo da família corrupta, da família que assaltou o Brasil, da família de criminosos. Essa é a família Bolsonaro, que organizava o entorno e o esquema criminoso do Bolsomaster, o escândalo da direita e do centrão.

Esse esquema tem Flávio Bolsonaro, que é candidato a presidente – não sei se ainda é –; tem Ciro Nogueira, o vice ideal, que recebe mesadinha de Daniel Vorcaro; tem Campos Neto – o indicado pelo Bolsonaro pai, que está preso e que criminalizava os mais pobres neste país –; tem o próprio Bolsonaro e o Tarcísio, que receberam doação; tem Ibaneis, ex-governador desta cidade, ex-pré-candidato ao Senado Federal – ativo tóxico que ninguém quer por perto, que vai ser preso, que colocou Brasília e o BRB no maior escândalo e na maior crise financeira orçamentária da história; e tem Nikolas do jatinho. Muita gente ainda vai aparecer. É preciso investigar a sério esse esquema que sequestrou e assaltou o Distrito Federal. Estamos vendo que o esquema possui tentáculos em todo o Brasil.

Há deputado aqui que sobe nesta tribuna, acha que o povo é bobo e vem com a máxima: “E o PT, hein?”. O partido dele é com o que ele precisa se preocupar. O governo que ele defende está envolvido nessa história.

Presidente, mais uma vez, quero pedir da tribuna – se há parlamentar que acha importante investigar isso – que assinem imediatamente o requerimento de abertura de CPI. Essa é a melhor resposta que esta casa pode dar, deputado Max Maciel, à crise que paira inclusive sobre o Poder Legislativo.

Parece que há um setor da política que prefere acreditar que pode beber detergente. Nós continuaremos defendendo o patrimônio público, defendendo o direito das pessoas, defendendo que haja investigação e que todo mundo que meteu a mão no dinheiro seja responsabilizado. Estamos vendo Flávio Rachadinha, família Bolsonaro, Ciro Nogueira, Antônio Rueda. Há uma turma grande envolvida no esquemão do Bolsomaster, o maior escândalo de corrupção do Brasil, da extrema-direita e do centro.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, neste exato momento o governo do presidente Lula está anunciando medidas de controle do preço da gasolina no Brasil e no Distrito Federal. Está sendo concedido um subsídio de R\$0,89 para cada litro de gasolina e de R\$0,35 por litro de óleo diesel, por meio de medida provisória.

Vou encaminhar ainda hoje um expediente ao presidente Lula, dizendo que essas medidas não terão nenhum efeito se não combatermos o cartel dos combustíveis no Distrito Federal e no Brasil, uma verdadeira máfia que atua contra o consumidor.

O governo já tomou uma série de medidas, mas, na semana passada, vi postos vendendo gasolina a R\$5,99. Hoje, quase todos os postos estão vendendo a gasolina R\$6,59. Há postos cobrando até R\$6,69. É roubo. O cartel se move numa velocidade terrível para assaltar os contribuintes, os pagadores de impostos, as pessoas que consomem combustível. Não é possível um negócio desses!

É preciso que os Procons atuem, que a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor

intervenha e que a Polícia Federal vá no encalço desses marginais. O Cade tomou mais uma providência e está processando o presidente do sindicato dos postos de combustíveis do Distrito Federal. Contudo, isso demora. Por isso, o governo deve baixar uma medida provisória limitando o lucro. Isso é possível e já foi feito uma vez, na época em que o promotor de defesa do consumidor era o doutor Leonardo Bessa, hoje desembargador. Ele conseguiu um acordo judicial, por meio do qual, durante 1 ano, ficou tabelado o lucro das empresas de postos de gasolina no Distrito Federal. Portanto, já foi feito uma vez e é possível fazer novamente. E é importante que seja feito.

O segundo ponto que quero abordar hoje, presidente, é uma manchete que está aqui em minhas mãos, publicada pelo portal *Metrópoles*, um dos mais respeitados do Brasil. "Vorcaro pagou R\$61 milhões para filme de Bolsonaro; Flávio cobrou dinheiro. Ouça o áudio."

Que moral essa gente tem? Pagar R\$61 milhões por um filme mequetrefe, para falar da vida de um apoiador de miliciano? Essa é a demonstração de que a extrema-direita não tem limites. Essa é a mesma extrema-direita que finge que está tomando detergente.

Eu até faço uma sugestão. Que o imbecil que seguir a orientação de tomar detergente, em razão da punição à empresa Ypê, ao chegar ao hospital, não seja atendido pelo SUS, deixando as vagas para quem realmente está doente. Isso é uma vergonha, uma indecência. Mas o que esperar de gente que bate continência para pneu, que coloca o celular na cabeça para se comunicar com extraterrestres?

Não dá nem para dizer que enlouqueceram. Dá para dizer que houve queima de neurônios! Esse é um povo sem noção!

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para comunicado.) – Boa tarde ao deputado Eduardo Pedrosa, que preside esta sessão, e àqueles que nos acompanham pela TV Câmara Distrital.

Deputado Eduardo Pedrosa, nesta semana, um grupo de rodoviários nos procurou por estar temeroso porque alguém – não sei quem – tem dito a eles que, com tarifa zero, os cobradores seriam demitidos. Aos colegas e companheiros rodoviários sérios que acompanham nosso trabalho e esse debate, quero dizer que não existe proposta de tarifa zero que demita trabalhador do sistema.

Em nenhuma das cidades que estudamos – são mais de 100, em 13 anos de estudo; desde 2013, estamos analisando a tarifa zero no Brasil –, houve demissão de trabalhadores do sistema apenas por causa da implementação da tarifa zero.

O que decide demissão é a ordem de serviço e o contrato do Estado com a empresa. Portanto, o que está levando risco de retirada a mais de 4 mil trabalhadores do sistema – os cobradores – é o acordo atual da Semob-DF com as empresas, que vence em dezembro deste ano. Esse acordo foi firmado em 2024. Deixo claro que ele vence em dezembro deste ano. Ele estabelece que, com a retirada do dinheiro do sistema, as empresas não seriam obrigadas a manter os cobradores e a realizar a chamada troca – pretendiam absorver os cobradores como motoristas e demitir os que não se adequassem a outra função na empresa.

Nós realizamos 2 audiências públicas com a presença do sindicato e da Semob-DF para debater a lei que amplia a função de cobrador para agente de bordo. A Câmara Legislativa não tem mais condições de apresentar essa proposta, porque foi definido pelo STF que isso deve vir do Poder Executivo.

Nós nos sentamos com o sindicato e com a secretaria e dissemos que, para nós, a função do cobrador é importante no sistema. Anteriormente, na ordem de serviço e na convenção trabalhista dele, constava apenas a função de cobrador, porque ele lidava com dinheiro e não podia descer do ônibus.

Sabe o que acontece, deputado Eduardo Pedrosa?

Como uma nova convenção ainda não foi estabelecida e os critérios para ampliar a função desse profissional não foram ampliados, o motorista desce do veículo com o carro ligado para auxiliar uma pessoa com mobilidade reduzida. Os ônibus possuem um sistema chamado Anjo da Guarda, que impede o deslocamento do veículo com a porta aberta. Além disso, o ônibus é desligado, se permanecer 1 minuto e meio sem qualquer interferência humana no volante ou no pedal. Eu já denunciei aqui o motivo disso, mas algumas empresas seguem a recomendação de manuseio antes de iniciar a viagem e outras não seguem.

Repetindo, quando o motorista está operando o elevador, o veículo é desligado, o elevador é travado e tudo fica paralisado. Um ônibus a diesel não volta a funcionar imediatamente, é preciso retirar todos os passageiros e aguardar o próximo ônibus.

O que estamos propondo? Que o cobrador se torne agente de bordo e auxilie no tráfego, intervenha em caso de suspeita de assédio dentro do ônibus, apoie o motorista no atendimento a pessoas com mobilidade reduzida e também atue nos terminais. Nós apresentamos essa proposta! Então, quero tranquilizar os companheiros rodoviários de que a proposta da tarifa zero não ameaça os empregos – pelo contrário.

Inclusive, hoje estávamos na CCJ, juntamente com a deputada Erika Kokay, debatendo a PEC nº 25, de autoria da deputada Luíza Erundina. Mais uma vez adiaram o debate – agora, para o dia 26 de maio –, porque alguns municípios temem a regulamentação.

Nós assim falamos para a Associação Nacional dos Prefeitos e Vice-Prefeitos: “Amigos, a regulamentação vem depois”. O marco regulatório já até foi aprovado. Vamos criar uma comissão específica, isso é rito processual. Nós só queremos que se destrave a proposta da CCJ, para ela poder avançar no plenário.

Nas cidades em que se implementa tarifa zero, aumenta a demanda – 30% da população não anda de ônibus porque não tem dinheiro. Se colocarmos uma tarifa zero de forma escalonada, identificaremos as demandas e aumentaremos a frota, deputado. Ou seja, aumentando a frota, aumentamos capacidade humana, trabalho. Então, é o contrário o que acontece!

Na verdade, quem nos acompanha sabe que, há 10 anos, quando nos reuníamos para debater, as empresas nem queriam ver na reunião a ala dos defensores de tarifa zero. Achavam que nós estávamos ali para tirar recurso deles. Ora, no último encontro nacional dos municípios e das empresas de transporte de ônibus, eles defenderam tarifa zero. Sabe por quê? Porque eles faliram! Diferentemente de Brasília, onde a tarifa é paga pelo usuário e pelo subsídio do governo, a maioria dos estados não tem como pagar essa conta hoje. Perdem usuário todo dia. É só ver o caso de Santo Antônio do Descoberto, onde a pirataria está tomando conta. No Novo Gama, a pirataria já tomou conta. Podem ir lá ver!

Nós acompanhamos a aplicação do tarifa zero. Visitei mais de 10 estados. Fui a outros países para ver de perto como isso se aplica.

Então, queria tranquilizá-los de que, se alguém for demitido do sistema, não será porque a tarifa zero avançou, mas porque há um acordo entre a secretaria e as empresas, que garante essa segurança apenas até dezembro deste ano. Aí eu quero ver como é que vai funcionar.

Nós temos a proposta e a encaminhamos. Temos as soluções e as saídas.

Convido todos que nos acompanham a participar de mais um seminário de tarifa zero que nós vamos realizar na Câmara Legislativa, no dia 21 de maio, semana que vem.

Estamos apresentando um projeto de implementação disso de forma escalonada. Inclusive apontamos a fonte acessória de recursos. Nós não estamos aqui propondo tarifa zero sem dizer de onde vem o dinheiro. Nós dizemos de onde vem, qual o valor e onde ele deve ser aplicado. Consideramos 4 anos de elevação, pois isso não se conclui da noite para o dia. São 4 anos para estruturar, rever contrato, fazer auditoria no sistema, restabelecer processo de concorrência nas cidades.

Deputado, Brazlândia só tem uma empresa. Lá atrás isso fazia sentido. O morador de Brazlândia não tem como ser socorrido por outro ônibus que não seja o seu. Se perder o ônibus, ele tem que esperar o próximo, que demora demais! Não existe mais de uma empresa, para gerar

competitividade e para as pessoas saírem da cidade e se locomoverem por ela de forma digna, com qualidade, com sistema.

Estamos prontos para qualquer tipo de diálogo. Esse é o nosso posicionamento.

Reafirmo o convite para o seminário a ser realizado no dia 21 de maio, a partir das 14 horas. Nós vamos trazer a Universidade de Brasília, que fez um estudo muito robusto. Vamos trazer usuários do sistema. O sindicato está convidado; a Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade está convidada; a Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana também está convidada. Que possamos fazer um debate franco e sincero da tão sonhada e possível tarifa zero, não só no Distrito Federal, mas no país todo.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Informo ao Setor de Registro e Redação Legislativa e ao Setor de Ata e Súmula que o pronunciamento do deputado Max Maciel foi feito pelo comunicado de parlamentares, dando por encerrado o comunicado de líderes.

Parabéns, deputado Max Maciel, pela sua proposição. Essa questão do agente de bordo, achei bem interessante.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para comunicado.) – Presidente, vossa excelência é presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta casa.

Uma medida importante foi tomada pelo ministro Flávio Dino. Ela determina que terá que ser destinada à saúde pelo menos a metade das emendas parlamentares nas assembleias legislativas, no Congresso Nacional e nas câmaras de vereadores.

No caso do Distrito Federal, no próximo orçamento que nós vamos votar em dezembro, destinado para o ano de 2027, cada deputado vai ter o direito de indicar R\$34 milhões. Logo, R\$17 milhões, obrigatoriamente, terão que ir para a saúde. É obrigado! Não adianta o deputado não querer, é obrigado pelo Supremo Tribunal Federal! Inclusive, eu sei que vossa excelência, como presidente da comissão, já foi notificado pelo Supremo de que nós temos que implementar essa medida aqui na Câmara Legislativa.

Isso é importante, deputado Eduardo Pedrosa. Cerca de R\$500 milhões serão destinados exclusivamente à saúde no Distrito Federal. Vamos fiscalizar a aplicação desse recurso em sua totalidade, para que efetivamente o governo se prepare para executá-lo. Isso pode e vai melhorar a saúde no Distrito Federal.

Isso demonstra a importância de termos no Supremo um ministro que foi deputado federal, senador da República e governador por 2 mandatos. Ele entende do que estava estudando e do que estava decidindo.

Quero parabenizar o ministro Flavio Dino por essa determinação e destacar o quanto ela é importante. Nós todos, os 24 deputados, teremos que cumprir essa decisão do Supremo Tribunal Federal, porque ela é importantíssima para a população do Distrito Federal.

A saúde certamente vai melhorar com esse recurso, que, obrigatoriamente, será indicado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Informo que, em razão da aprovação do Requerimento nº 2.794/2026, de autoria da deputada Paula Belmonte, a sessão ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 14 de maio de 2026, será transformada em comissão geral para debater a apresentação do Diagnóstico do Transporte Escolar do Distrito Federal.

Encerro o comunicado de parlamentares.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, quero apenas fazer um apelo à Defesa Civil e à Novacap.

Acompanhamos algumas bacias de contenção no Distrito Federal. Uma bacia no Trecho 2 e outra no Trecho 3 do Sol Nascente já possuem laudo da Defesa Civil que aponta para o potencial colapso dessas estruturas.

Gostaríamos de dialogar com a Novacap e com a Secretaria de Obras no sentido de que aproveitem o período de estiagem que Brasília viverá agora para fazer correções nessas bacias, evitando que, futuramente, durante chuvas torrenciais, elas se rompam, como já ocorreu anteriormente, prejudicando as casas ao redor.

Fazemos esse pedido porque temos acompanhado e visitado a maioria das bacias de contenção. Recebemos denúncias, inclusive, de que a de Santa Maria não está concluída de forma adequada. Temos problema também na do Riacho Fundo.

Terminaremos ainda uma rodada de visitas às bacias de contenção – especificamente, em relação a essas do Sol Nascente, que já possuem esse laudo de potencial colapso e risco –, mas estamos pedindo encarecidamente aos órgãos que tomem as providências já apontadas. Inclusive, listamos algumas dessas ações durante audiência pública realizada por nós na escola do Trecho 2 do Sol Nascente.

PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Obrigado, deputado Max Maciel. Parabéns pelo pronunciamento.

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Como não há quórum para deliberação, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios são reproduzidos conforme informados pelo Cerimonial ou pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

ABJ – Associação Brasileira de Jornalistas  
Cade – Conselho Administrativo de Defesa Econômica  
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça  
Detran-DF – Departamento de Trânsito do Distrito Federal  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
PEC – Proposta de Emenda à Constituição  
PT – Partido dos Trabalhadores  
Semob-DF – Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal  
STF – Supremo Tribunal Federal  
STJ – Superior Tribunal de Justiça  
SUS – Sistema Único de Saúde

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa - Substituto(a), em 15/05/2026, às 17:32, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
Código Verificador: 2667299 Código CRC: 131BFB17.

---

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [serel@cl.df.gov.br](mailto:serel@cl.df.gov.br)

---

00001-00019269/2026-89

2667299v3